

**TutPrv no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.276 - SC  
(2019/0103304-7)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**REQUERENTE : JAIR PEDRO DEMOZZI**  
**ADVOGADO : RODRIGO TREMARIN - SC025487**  
**REQUERIDO : UNIÃO**  
**INTERES. : ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PROCURADOR : GUSTAVO SCHMITZ CANTO - SC039957**

### **DECISÃO**

Trata-se de pedido incidental de tutela provisória de urgência, formulado por JAIR PEDRO DEMOZZI, às fls. 1.040/1.047e.

Em suas razões, o requerente alega que:

"Diante do julgamento do AREsp 1.479.276/SC, EVENTO 248 E 249, na qual, por UNÂNIMIDADE, rejeitaram o agravo interno proposto pela União, mantendo-se intacta a decisão do Recurso Especial, que restabeleceu a sentença de primeiro grau, aliado ao fato de que a parte Agravada, necessita, com URGÊNCIA, aplicação de mais 05 (cinco) doses do medicamento, conforme receituário médico anexo aos autos, bem como aliado ao fato de que não fora deferido, em nenhuma fase processual, o efeito suspensivo, para suspensão do fornecimento do fármaco ao Agravado, requer-se seja deferida a intimação do Agravante, para que forneça, IMEDIATAMENTE, o medicamento pleiteado nos autos, conforme quantidade e posologia indicada pelo médico, sob pena de bloqueio de valores. Outrossim, requer-se seja fixado multa diária para caso houver o descumprimento da obrigação imposta.

Caso o fornecimento do fármaco não seja realizado urgentemente, o estado de saúde da parte Agravada restará cada vez mais fragilizada, podendo, inclusive, levá-lo a óbito, o que, de certa forma, seria inadmissível, como ocorreu nos autos de nº 5002328-34.2018.4.04.7210/SC, onde a demora na entrega da jurisdição acabou por contribuir pela morte prematura da parte Autora, causando, além da irresignação dos familiares, a perda superveniente do interesse processual" (fls. 1.040/1.041e).

O pedido incidental não comporta conhecimento.

Com efeito, a Segunda Turma do STJ não conheceu do Agravo Interno

aviado, pela União, contra decisão monocrática, por mim proferida, que conheceu do Agravo, para dar provimento ao Recurso Especial do ora peticionante, restabelecendo a sentença (fls. 971/976e).

Da referida decisão colegiada não houve o manejo de qualquer recurso pelas partes.

Daí, o peticionante apresentou o presente pedido incidental de tutela provisória de urgência, que se revela inadmissível.

Com efeito, encerrado o prazo para a oposição de Embargos de Declaração no dia 08/10/2019, e inexistindo qualquer outro recurso pendente de análise, resta exaurida a competência recursal desta Corte.

A propósito, confira-se o disposto no art. 299, parágrafo único, do CPC/2015:

Art. 299. A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

Parágrafo único. Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e **nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.**

Dessa forma, evidencia-se, na hipótese, o manifesto descabimento do pedido formulado.

Ante o exposto, nos termos do artigo 34, XVIII, a, do RISTJ, **não conheço** do pedido.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora